

**POLÍTICA PÚBLICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA NO CONTEXTO
NEODESENVOLVIMENTISTA: A experiência do Programa Bolsa Trabalho no Estado do
Pará.**

Ana Gabriela Pinheiro Silva¹

Fernanda Sena Rodrigues²

Verá Lucia Batista Gomes³

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a política pública de trabalho, emprego e renda no contexto neodesenvolvimentista instituída pelo governo do estado do Pará, no período de 2007 à 2010, a qual ganha destaque com a criação do Programa de Bolsa Trabalho voltado para qualificar jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, para inserção ao trabalho. Tem por base uma pesquisa de campo realizada junto aos egressos e gestores do mencionado Programa. A luz da teoria marxista, o artigo faz destaque para os impactos do PBT na vida dos sujeitos envolvidos.

Palavras-chave: Trabalho. Política de Trabalho, Emprego e Renda. Neodesenvolvimentismo. Programa Bolsa Trabalho.

Abstract:

This article aims to analyze public policy work , employment and income in neodesenvolvimentista context established by the Para state government , from 2007 to 2010, which is highlighted by the creation of Work Scholarship Program aimed to qualify young people in age group 18-29 years in socioeconomic vulnerability , for insertion to work. It is based on a field survey with graduates and managers of the Program .

¹ Discente do Curso de Serviço Social/Universidade Federal do Pará – Bolsista de Iniciação Científica;
E-mail: ana.gaby.08@hotmail.com

² Discente do Curso de Serviço Social/Universidade Federal do Pará – Bolsista de Iniciação Científica;
E-mail: Fernanda_ufpa@hotmail.com

³ Docente do Curso de Serviço Social /Pós- Graduação em Serviço Social/Universidade Federal do Pará – Orientadora de Iniciação Científica.

The light of Marxist theory , the article makes emphasis on the PBT impacts in the lives of those involved .

Keywords: Job, Politics of Work, Employment and Income .
Neo-developmentism. Program Work Exchange.

I. INTRODUÇÃO

O referido artigo se propõe a analisar os impactos da Política de Trabalho Emprego e Renda implementada no estado do Pará, no período de 2007 a 2010, no contexto (neo)desenvolvimentista, em particular, o PBT que visava a inserção/re-inserção dos egressos no mercado de trabalho. A execução da mencionada pesquisa se justificou pelo fato de que a partir da década de 1970, o processo de reorganização/reestruturação produtiva tem provocado mudanças intensas no mundo do trabalho, em decorrência da crise do capitalismo na contemporaneidade, provocando metamorfoses nas relações de trabalho, aumentando, cada vez mais, a precarização do trabalho.

Nesta perspectiva, procuramos neste artigo contribuir para a análise da referida política no sentido de verificar se os egressos desse programa foram, realmente, inseridos ou re-inseridos ao trabalho, os postos nos quais foram inseridos e se ainda permaneciam nos mesmo, bem como, analisar as repercussões desse programa na vida pessoal, familiar e profissional desses jovens. Entende - se que esta pesquisa ganha importância ao considerar o desemprego, como uma das expressões mais relevantes da questão social, sobretudo, para esse segmento social que é a juventude, pois nota-se a ausência de políticas públicas voltada a atender esta população.

Desta forma, os governos dos estados brasileiros vêm sendo desafiados a criarem medidas para responder à crise do capital por da reestruturação produtiva e dos processos de trabalho sobre a hegemonia do capital financeiro, com implicações para o trabalho, à medida que flexibilizam direitos, impulsionando o aumento do trabalho informal, da precarização do trabalho e do aumento do desemprego. É neste contexto que o estado do Pará, a partir de estratégias (neo) desenvolvimentistas implantou o Programa Bolsa Trabalho – Lei Estadual nº 7.036, de setembro de 2007, objetivando a qualificação de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, pertencentes a famílias de baixa renda, para inserção/(re)inserção ao mercado de trabalho.

2. CRISE DO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO E AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Desde o final década de 1970, o processo de reorganização/reestruturação produtiva tem provocado mudanças intensas no mundo do trabalho, em decorrência da crise do capitalismo contemporâneo, marcada pelo esgotamento do modelo taylorista-fordista de produção caracterizado pela produção em massa, atividades simples e repetitivas dos trabalhadores e no menor tempo possível, o qual ficou conhecido pelo uso de esteiras rolantes, por onde passava o produto que seria montado. Esse modelo passou a ser questionado pela sua rigidez no que concerne à organização do trabalho; por conseguinte, surge, então, um novo modelo de produção Toyotista, caracterizado por produzir o necessário, redução de estoques, flexibilização da produção, trabalhador mais qualificado, participativo e polivalente, ou seja, que trabalha em várias funções, a partir dessa nova estratégia para sua reformulação e acumulação, estabelecendo novas formas de produção, de gestão da força de trabalho e de atuação do estado, na perspectiva da revitalização do capital. Em consequência, tem ocorrido o crescimento em níveis mundiais, o aumento do desemprego, do trabalho precário via terceirização, do trabalho temporário e do trabalho informal que caracteriza o aumento do trabalho atípico, assim como, a perda de direitos trabalhistas e previdenciários.

Assim, ao longo da década de 1990, os países da América Latina, em particular, o Brasil, o México e a Argentina impactados pela agenda neoliberal imposta pelo Consenso de Washington, começaram a sofrer danos acarretando profundas modificações nos aspectos políticos, econômicos e sociais, provocando a expulsão de milhares de trabalhadores do mercado de trabalho, impulsionando um número significativo de trabalhadores aptos ao mercado de trabalho, a tornarem-se usuários da assistência social, em particular, dos programas de transferência de renda.

A despeito do processo desencadeado pela reestruturação produtiva do capital, observa-se novas estratégias de inserção/(re)inserção dos trabalhadores no mundo do trabalho, na forma de informalização da força de trabalho e precarização dos postos de trabalho e trabalhadores, a flexibilização dos direitos trabalhistas, estimulando a falsa ideia de que todas as formas de trabalho possibilitam o acesso aos direitos sociais e o aumento de emprego. Trata-se da revitalização do capital, em detrimento à classe trabalhadora, considerando que:

O desemprego e a precariedade laboral como pobreza, afastando-os da referência de trabalho e vinculando-os à pobreza como um fenômeno social afeto às políticas de transferência de renda e de assistência social, via subsídios e renda mínimas ou renda social de inserção (MOTA, 2008, p.3).

Segundo Castelo (2012, a particularidade do país revela que a formação econômica - social brasileira foi forjada pelo desenvolvimento desigual e combinado entre distintos

modos de produção, no qual o capitalismo detém o controle econômico, político e cultural frente aos demais. Nesta ótica, se pode dizer que o neodesenvolvimentismo, se constitui uma alusão ao projeto neoliberal. Os governos seguindo esta lógica, particularmente, os governos dos presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, passaram a empreender estratégias neodesenvolvimentistas, a fim de obter crescimento econômico atrelado ao desenvolvimento social. Entende-se por neodesenvolvimentismo uma nova fase de desenvolvimento do capital, fase esta adotada, em particular, nos governos dos Presidentes Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, no qual preconizam desenvolvimento econômico atrelado a desenvolvimento social e visa obter crescimento econômico e social, implicando em cortes orçamentários e políticas públicas focalizadas.

Ao considerar que a política social, em geral, é fruto da dinâmica dialética contraditória do capital e sociedade (luta de classes), resultando em medidas favoráveis ao capital, propiciando a sua expansão, permite-se dizer que a política de assistência social via programas de transferência de renda mostra-se como um processo reverso a própria assistência social, caracterizando-a pela assistencialização, focalização e compensação. Notoriamente, as políticas sociais na contemporaneidade passaram a ser orientadas política e ideologicamente pelas estratégias (neo) desenvolvimentista, na contramão do que, historicamente, fora conquistada na Constituição Federal do Brasil de 1988 pensada, isto é, os direitos sociais para são “transmutados” em seguros privados, ou então, em programas de transferência de renda voltados para o segmento da população menos favorecido economicamente, impulsionando trabalhadores aptos ao trabalho em usuários da assistência social.

Portanto, as políticas sociais, em especial, as políticas de Trabalho, Emprego e Renda expressam as mais distintas formas de recrudescimento da crise do capital, repercutindo em:

(...) mudanças no padrão de organização do trabalho em consonância com as políticas macroeconômicas de estabilização econômica imposta pelo FMI e demais organismos multilaterais delimitaram a intervenção do Estado, provocando um acirramento da questão social em suas variadas expressões. É sob esta perspectiva que as políticas de emprego passam a ser implementadas no governo FHC. Ou seja, políticas que possam combater a crise do emprego e, conseqüentemente, a fome e a miséria, mas com recursos reduzidos e com ênfase na individualização do problema (OLIVEIRA, 2012).

Desta forma, as políticas de trabalho, emprego e renda se caracterizam por políticas de cunho focalista, assistencialista e compensatória, voltadas para garantir a legalidade das práticas decorrentes da flexibilização das relações de trabalho que dão ênfase na individualização da problemática do desemprego, atreladas ao incentivo ao empreendedorismo, ao auto-emprego, as capacidades e autonomia do indivíduo. Essas

políticas seguem recomendações do Banco Mundial e de outras agências multilaterais que estabelecem normas aos países capitalistas periféricos.

Nota-se, então, que tais políticas são voltadas para a prática legal da flexibilização dos direitos trabalhistas e estabelecimentos de novas formas de gestão do trabalho emanadas do toyotismo. Com efeito, os governos neodesenvolvimentistas apostam no financiamento de programas que visem à qualificação profissional do trabalhador como requisito de colocação e recolocação ao mercado de trabalho.

Para Antunes (2008), vivemos o momento da empresa enxuta, da limitação do trabalho vivo, da ampliação do maquinário tecnocientífico e da redução da força de trabalho e ampliação da produtividade. Este processo combinado ao novo padrão de acumulação do capital e as exigências dos capitalistas pelo recrudescimento das flexibilizações dos direitos trabalhistas, ocasiona infinitas formas de precarização do trabalho, seja por meio da subcontratação da mão de obra, terceirização do trabalho, expulsão do trabalhador do mercado formal, crescimento nos índices da informalidade até no percalço desmoronamento dos direitos trabalhistas e sociais.

As políticas sociais empreendem forte estímulo à geração de trabalho atípico, caracterizando, segundo Tavares (2004), a desobrigação do Estado frente à problemática do desemprego, sugerindo que a auto-sustentação do trabalhador pode ser garantida pelo estímulo de sua capacidade empreendedora. Tais políticas em sua essência, bem como na própria base do neodesenvolvimentismo possuem grande apelo político ideológico na busca por novas alternativas de trabalho que possam contribuir para solucionar o problema da falta de trabalho e emprego do país.

Por tanto, afirma-se que é nesse contexto permeado de contradições sociais que a Amazônia e o Pará através de estratégias (neo) desenvolvimentistas aprofundam sua condição de dependência estrutural, ocorrida desde a incorporação da região na nova forma de inserção comercial, produtiva e financeira no processo de mundialização do capital, em função de sua especialização produtiva e exportadora cada vez mais centrada em commodities (madeira, ferro e alumínio em lingote) e produtos industriais de baixa e média intensidade tecnológica para atender a demanda internacional.

De acordo com o Relatório do Ministério Trabalho e Emprego (1998, p. 20-21) as políticas de trabalho emprego e renda devem: I) assegurar a estabilidade econômica; II) dar continuidade às mudanças institucionais, com o objetivo de gerar poupança e atrair novos investimentos; III) promover ações geradoras de emprego e renda através de políticas ativas, com ênfase no apoio creditício e técnico às pequenas empresas e trabalhadores autônomos; IV) investir em capital humano e na formação profissional da força de trabalho; V) reformar as instituições que regulam o funcionamento do mercado de trabalho e os

conflitos de natureza econômica entre empregadores e trabalhadores de modo a incentivar a auto-composição entre as partes.

Nessa esteira, a política de trabalho, emprego e renda no estado do Pará segue a mesma tendência, na medida em que passou a adotar os mesmos parâmetros das políticas neodesenvolvimentistas, ganhando visibilidade com a criação da Secretaria de Trabalho, Emprego e Renda – SETER priorizando investimentos estaduais como o PBT que é uma política pública estadual regulamentada pela Lei 7.036 de Setembro de 2000, adotando medidas para a de qualificação social e profissional dos usuários, intermediação de mão de obra, intermediação de serviços e produtos pautados no fomento a empreendimentos individuais e coletivos (economia solidária).

Desta forma, a política de ação da SETER seguiu o mesmo sentido do PROJOVEM e desenvolvido no âmbito do SINE que é orientado pela resolução nº 560\70 que define a atuação do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda e a política de intermediação de mão de obra, com adoção de mecanismos de acesso preferencial ou ações específicas para segmentos em situações de vulnerabilidade social. Em termos institucionais, o PBT teve como objetivo qualificar jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, pertencentes a famílias de baixa renda, preferencialmente, atendidos pelo Programa Bolsa Família, que não exercessem atividades renumeradas ou que estivessem desempregados; o período de permanência dos jovens no programa era de 03 (três) a 24 (vinte quatro) meses. Durante o período de permanência no programa, os jovens receberam uma bolsa no valor de R\$70,00 reais mensais, este recurso foi repassado aos selecionados através do cartão Bolsa Trabalho, em convenio com instituições bancárias oficiais no Estado.

Dentre as ações desenvolvidas pelo Programa inscrevem-se: a) qualificação profissional direcionada para o mercado formal e informal; b) intermediação de mão-de-obra para o emprego formal; c) intermediação de concessão de linhas de crédito especiais para empreendimentos individuais e coletivos; d) criação de empreendimentos solidários, gerados através da metodologia de incubação com os jovens participantes do programa. A linha de qualificação do PBT assume objetivos em consonância ao Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQ, o qual segue parâmetros do ideário neodesenvolvimentista quanto à inclusão social e redução das desigualdades sociais, crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais e de promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.

A qualificação social e profissional do programa está metodologicamente distribuída em três eixos formativos: o primeiro eixo é direcionado para os jovens que buscam colocação no mercado formal; o segundo e o terceiro são direcionados para o mercado de trabalho na forma de empreendimentos individuais e/ou coletivos. Essas considerações permitem reafirmar que a política pública de trabalho, emprego e renda desenvolvida, no

estado do Pará tem por base o ideário neodesenvolvimentista, pois direciona a política ao atendimento do público da chamada “nova questão social”, que emerge da crise do assalariamento (CASTEL, 1998), ou seja, qualificar jovens na faixa etária de 18 a 29 anos, pertencentes a famílias de baixa renda, preferencialmente, aquelas atendidas pelo programa Bolsa Família e que não exerçam atividades remuneradas ou que estejam desempregados. Para o autor, a instalação na precariedade, atinge diretamente os jovens, que passam a alternar períodos de atividades, de desemprego, de trabalho temporário e de auxílio social.

Diante do exposto, este artigo problematiza os impactos da política de geração de trabalho emprego e renda, implantada pelo governo do estado do Pará, a partir de 2007 até os dias atuais, para a inserção/re-inserção ao trabalho, no sentido de desvendar se os usuários deste Programa que foram inseridos no mercado de trabalho, se ainda permanecessem inseridos nos postos de trabalho, haja vista que, em geral, os postos gerados por essa política tem se caracterizado pelo trabalho autônomo, informal e precário, bem como sobre as repercussões desse trabalho para a vida pessoal e familiar dos usuários dessa política.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização deste artigo permitiu o aprofundamento e análise das políticas sociais implantadas no Brasil, em particular, no estado do Pará, a qual seguem padrões de políticas de trabalho com bases neodesenvolvimentista, ao tentar articular políticas econômicas com o social. Estas políticas possuem particularidades relevantes e contraditórias, no que se refere ao combate à pobreza e ao processo de transferência de renda, em que os governos assumem o papel de mediador entre as desigualdades sociais, materializando ideologicamente a pobreza e o desemprego como fatores meramente individuais. A proposta desta política conduz em conjugar crescimento econômico dando “poder de consumo” para os que até, então, não contribuíam para a taxa de crescimento.

Em síntese: o programa possibilitou a inserção de certos bolsistas ao trabalho, do tipo auto-emprego baseado no empreendedorismo, caracterizados como trabalhos precários e instáveis, pois muitos dos pesquisados não estão mais exercendo as atividades para as quais foram qualificadas. Contudo, nas entrevistas realizadas junto aos egressos do PBT notamos que os cursos de capacitação trouxeram novas perspectivas para os usuários do programa, pois houve muitos depoimentos em que os egressos mencionaram o quanto foi importante e enriquecedor a experiência do “Bolsa”, visto que nunca houve em suas vidas

oportunidade de qualificação e inserção no mercado de trabalho como a oferecida pelo programa, inclusive alguns pesquisados se referiram que, embora o PBT não tenha possibilitado a inserção ao trabalho, mas o processo de formação nesse programa contribui para os mesmos despertarem para outros horizontes em suas vidas, a medida que descobriam o seu potencial.

BIBLIOGRAFIA

CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social**. Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

MOTA, Ana Elizabete. **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre o Estado, Política e Sociedade**. 2. Ed. São Paulo, Cortez, 2008.

CASTELO, Rodrigo. **O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino americano**. In:_____. (Org.). Encruzilhadas da América Latina no século XXI. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2012.

_____. **A “questão social” e o social-liberalismo brasileiro: contribuição à crítica da noção do desenvolvimento econômico com equidade**. Emancipação, Ponta Grossa (p. 21-35), 2008.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho. **Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **As formas contemporâneas de trabalho e a desconstrução dos direitos sociais**. Silvia, Maria Ozania da Silva Silva, Maria Carmelita Yasbeck (Orgs.)

In: Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Cortez; São Luiz, MA: FAPEMA, 2008.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. **A política de emprego no Brasil: o caminho da flexisegurança**. In:Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo, n.111, p. 493-507, jul./set.2012.

TAVARES, Maria Augusta. **Os Fios (in)visíveis da produção capitalista: informalidade e precarização do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2004.

PEREIRA, Maria da Gloria. NEODESENVOLVIMENTISMO NA AMAZONIA E A POLITICA DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA. **Dissertação de Mestrado em Serviço Social/Programa de Pós Graduação em Serviço Social/ UFPA**, 2010.Belém-Pará/Brasil.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Neodesenvolvimentismo: Choque de capitalismo e a nova degradação do trabalho no Brasil**. Bauru-SP: Canal 6, 2014